

Mário Carvalho de Jesus

*Um testemunho
digno de ser lembrado*



Frente Nacional dos Trabalhadores
Classe trabalhadora em movimento

Rua Mauá nº 836 - Casa 33 - Fones 228-2899/228-2031
01028-000 São Paulo SP

Frente Nacional dos Trabalhadores
Classe trabalhadora em movimento

Mário Carvalho de Jesus

Um testemunho digno de ser lido

Projeto e coordenação:

Salvador Faria

Programação visual:

João Filipe de O

Editor:

António de P

Capa:

João Filipe

Editorial:

João Filipe

Editorial:

João Filipe

Editorial:

João Filipe

Editorial:

João Filipe

Prefácio

Basta olhar com os olhos do coração. Basta escutar o clamor que sobe da terra dos Homens: dos índios, dos posseiros, dos peões, dos biscateiros, dos bêbados, dos presos políticos, dos sem-terra, dos oprimidos.

Nossa ação tem como ponto de partida unidades pequenas e pessoais, mas como ponto de chegada a unidade dos homens, isto é, princípios a serem respeitados: ética, paz, ecologia, companheirismo e solidariedade.

Para cada atividade, procuramos discernir a escolha melhor. E quando nos perguntamos: o que realizar?, decidimo-nos pelo que está em nosso horizonte. Em última análise, devem ser atingidas sempre a consciência de cada um, dos grupos, e a liberdade de todas as pessoas e dos quadros ativos, para que busquem a paz da Cidade.

Numa primeira reflexão, descobrimos que os ricos e os opressores estão a enfrentar outros ricos e outros opressores. E a guerra promete ser sempre mais terrível e mais devastadora. Nela, o pobre só pode ser ainda mais explorado.

Numa segunda etapa, descobrimos que a paz nasce exatamente da sabedoria desse pobre, porque a terra produz o bastante para satisfazer às necessidades de todos, mas não à ganância de todos. Assentamos, pois, nossa ação para descobrir a fraqueza da violência, da ganância, da inveja, do ódio, da dominação sexual, que estão dentro de nós mesmos. Depois, passamos a receita e o espírito dela àquele que oprime. Em seguida, aos grupos que oprimem. Depois, aos sistemas que escravizam.

A Paz é fruto da Justiça para aqueles que lutam um combate para transformar a sociedade desigual em que vivemos, numa sociedade igualitária. Também essa luta supõe muita coragem moral e física. É um combate tão perigoso e tão difícil como a guerra.

Sendo uma guerra, é fundamental:

- * não desanimar*
- * não fugir*
- * não esquecer o companheiro, para se proteger*
- * agüentar firme, apesar de quaisquer fracassos*
- * agir com disciplina, sobretudo na ação*
- * aceitar os riscos próprios de todo combatente, inclusive a morte.*

Há momento para avançar e há momento para o recuo tático e necessário para, novamente, acumular energia revolucionária e de novo avançar.

Necessário bem mais espaço para mais resgatar os valorosos e profundos ensinamentos e experiências concretas encontrados na trajetória da história militante que Mário vivenciou por mais de cinquenta anos.

O mesmo sistema que escraviza e explora, concentrando riquezas em poucas mãos e marginalizando o restante, aprofundando a desigualdade, fruto da exploração sistematizada, por isso friamente calculada, gerada por um sistema econômico e político que nunca teve, não tem e jamais terá qualquer compromisso com os interesses do nosso povo explorado e empobrecido.

O companheiro Mário Carvalho de Jesus, durante toda sua vida, confrontou esse sistema.

Esta publicação é uma pequena homenagem a esse companheiro que nos deixou um testemunho de vida digno de ser lembrado.

Frente Nacional dos Trabalhadores

Mário Carvalho de Jesus

*Um testemunho
digno de ser lembrado*

***Frente Nacional dos Trabalhadores
Classe trabalhadora em movimento***

Mário Carvalho de Jesus
Um testemunho
digno de ser lembrado

Pe Bianchi
Caramar

Movimento de Economia e Humanismo

Um testemunho digno de ser lembrado

Assim consideramos a trajetória da vida militante do companheiro Mário Carvalho de Jesus. Sua vocação pela luta em defesa da Justiça, em favor do empobrecidos, contra as estruturas

opressoras causadoras das desigualdades sociais, teve início em 1942, quando ingressou na Ação Católica, nos ramos da JUC - Juventude Universitária Católica e JOC - Juventude Operária Católica.

Sua militância seria marcada por incansável esforço, em busca da construção de uma sociedade sem desigualdades.

Os militantes da JUC, uma vez formados, continuavam o contato com os militantes da JOC. O grupo do qual Mário fazia parte recebeu forte influência do Movimento de Economia e Humanismo, fundado pelo padre Leuret - sacerdote belga, operário nas docas de seu país. Seu livro "Princípios para Ação" era tido como uma cartilha a ser assimilada e seguida no dia-a-dia da militância.

Terminado o curso de Direito, formando-se advogado trabalhista, Mário ganhou, com mais dois companheiros, uma bolsa de estudos na França. Trabalhou em fábricas durante seis meses e vivenciou o sindicalismo francês ainda no seu processo de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial. Conviveu diretamente com o Movimento Operário Cristão e foi nesse meio que pôde

Leuret
Princípios
para Ação



*Unidos, conseguimos
mudar a lei.
Desunidos,
não vamos
conseguir
nem o que
a lei garante.
Mário fala
aos queixadas.
1959*

conhecer o Movimento de Economia e Humanismo, do qual assimilou ensinamentos, de princípios e de prática de militância, que orientaram toda a sua vida.

Das experiências vividas no sindicalismo francês e de boa parte da Europa, duas questões o marcaram profundamente: a pluralidade sindical e o instituto do Contrato Coletivo de Trabalho. Este último foi importante instrumento que possibilitou um movimento sindical atuante, com maior liberdade e autonomia, através da livre negociação entre operários e patrões, sem a interferência direta do Estado e organizado a partir dos locais de trabalho. A pluralidade sindical já era tradicional na história do sindicalismo europeu, fortalecida com a Convenção 87 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 1948.

Foi com essa visão que, voltando ao Brasil, Mário Carvalho de Jesus percebeu com maior clareza o quanto era nociva, para os trabalhadores brasileiros e para sua organização, a estrutura sindical fascista imposta pelo governo do ditador Getúlio Vargas. Mais ainda, a situação de atraso, de exploração e de injustiças a que estava submetida toda a classe trabalhadora brasileira revelava a Mário a dimensão do desafio a enfrentar durante toda a sua vida

militante. Decidiu, então, que sua profissão de advogado trabalhista estaria colocada no contexto das lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores e de sua organização sindical.

Jamais trabalharia numa causa judicial em defesa do Capital, e contra os direitos dos trabalhadores.

Mais tarde, afirmaria: "Através da assistência jurídica aos trabalhadores, fomos descobrindo que esse serviço pode ser encarado de duas formas:

- a) limitar-se a resolver a questão jurídica e manter tudo como está;
- b) aproveitar-se do problema jurídico para um processo de conscientização a respeito da dignidade humana e das estruturas que nos oprimem."

Lutar contra as causas que geram as injustiças

De início, por algum tempo, trabalhou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mas, devido à prática antidemocrática com que seus dirigentes tratavam as suas diferenças no campo ideológico, foi demitido. Passou a trabalhar num escritório de advocacia junto com seus companheiros de JUC; nessa época, as qualidades de honestidade e de competência que marcavam o seu trabalho jurídico militante já estavam sendo conhecidas pelos trabalhadores.

Certo dia, foi procurado por um grupo de operários do Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo e que trabalhava na Indústria de Cimento Portland Perus para defender, na Justiça, os seus direitos trabalhistas que estavam sendo roubados pelo patrão J.J. Abdalla.

Para se ter uma idéia do tipo de pessoa que era esse patrão, posteriormente, numa dada etapa da luta, ele disse para os operários, numa mesa de negociações: "Eu sou a lâmpada e os empregados são as mariposas; um a um, virão a mim e eu os destruirei".

Essa era a marca desse e de muitos outros abdallas que formavam a classe patronal, e precisava ser confrontada pela classe trabalhadora organizada, naquela e nas futuras conjunturas do nosso país.

Mário ouviu atentamente aquele grupo de operários e depois apresentou-lhes duas questões:

“Se vocês querem apenas os serviços jurídicos, apenas o advogado, digo que não aceito, porque não acredito que essa justiça trabalhista tenha como objetivo atingir e resolver as questões de fundo, geradoras das injustiças impostas aos operários pelo Capital. Vocês podem até ganhar um processo na Justiça do Trabalho, mas não ficarão isentos de serem novamente roubados em seus direitos trabalhistas, no atual ou posteriores empregos. No entanto, se vocês estiverem dispostos a compreenderem e a se comprometerem a lutar contra as causas que geram essa realidade, aí sim eu aceito trabalhar com vocês no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo.”

Os operários aceitaram o desafio e entre eles encontrava-se o companheiro João Breno Pinto, sindicalista que lutou ombro a ombro com Mário Carvalho de Jesus e, com ele, em 1960, foi um dos fundadores da FNT - Frente Nacional do Trabalho, que passou a ser, em 1985, Frente Nacional dos Trabalhadores.

Estavam dadas as condições básicas para um testemunho de militância digno de ser lembrado, que duraria mais de quarenta anos, com muita firmeza, honestidade, coragem e lealdade: uma participação solidária junto aos trabalhadores.

A Firmeza Permanente não é, de forma alguma, uma submissão covarde aos opressores. Ao contrário, ela se opõe aos violentos e aos tiranos com todas as forças. O queixada (apelido dado aos operários da Perus devido a sua coragem e união) esforça-se continuamente para superar o mal pelo bem, a mentira pela verdade, o ódio pelo amor. Quando falava-se no queixada, a mensagem estava colocada para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

“A experiência concreta do dia-a-dia nos ensina que o trabalhador - embora tido como fraco, indeciso, indiferente - pode

transformar-se num forte, se puder contar com o testemunho dos que fazem com ele, e não para ele.”

“No meio sindical, o processo mais eficiente para conter gritantes abusos de certos empregadores é a Greve.”

“Não basta a coragem isolada. A luta deve ser coletiva e organizada. A luta traz perseguições, mas a perseguição e a ação do grupo criam uma consciência de classe.”

“A razão do seu saber teórico só encontra fundamento sólido se pelo menos puder ser tentado na prática vivenciada.”

*O importante
não é ser
violento de vez
em quando,
mas firme
o tempo todo*

Quando da sua atuação nas lutas, na preparação das greves, nas eleições sindicais e mesmo em piquetes e outras manifestações de porta de fábrica, Mário Carvalho de Jesus carregava consigo a máquina de escrever e o papel ofício, mantidos constantemente no bagageiro do seu carro, que também estava colocado sempre a serviço da luta, com total desapego. Se fosse necessária uma petição judicial ou, junto com os operários, um documento político, tudo já se encontrava no jeito para trabalhar, com presteza e eficácia.

Um aparente fracasso nunca poderia significar desânimo; precisava, sim, de coragem para reconhecer os erros próprios e alheios, a paciência e a firmeza política para começar de novo quantas vezes fossem necessárias.

Sua militância junto aos trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, mais particularmente junto aos operários ligados à fábrica de cimento Perus, trouxe valiosa contribuição para o crescimento e o fortalecimento da organização sindical daqueles trabalhadores. Permitiu o avanço qualitativo na dimensão política das reivindicações operárias e possibilitou importantes vitórias nas suas campanhas de cada ano. As experiências de luta e as vitórias logo se tornaram conhecidas de outras categorias de



*Trabalhadores de
várias categorias
vinham procurar
os queixadas.
Queriam se juntar
na luta que é de
todos os
trabalhadores*

trabalhadores, as quais procuravam os queixadas constantemente. Desejavam a unificação com eles por entenderem que essa era a mesma luta de que estavam participando ou querendo participar.

A “O importante não é a gente ser valente ou violento de vez em quando, mas firme o tempo todo, a vida toda, em todas as atitudes, quer na família, na fábrica ou na sociedade. Ser firme não quer dizer ser o dono da verdade, mas estar sempre descobrindo a verdade para a realização da Justiça para o homem todo e todos os homens.”

“Unidos, conseguiremos o que está na Lei e até um pouco mais; unidos, poderemos até mesmo mudar a Lei. Desunidos, não

conseguiremos nem o que está na Lei. O que falar então no que diz respeito à transformação da sociedade desigual em que vivemos, numa sociedade igualitária?”

As questões trabalhistas eram resolvidas dentro da fábrica

A experiência sindical de Mário Carvalho de Jesus, as lutas concretas das quais participou e a sua militância na FNT - enquanto espaço para a militância operária e para a ação intercategorias profissionais - são importantes pontos de referência, que não

podem ser omitidos na história dos movimentos operário e sindical brasileiro e até mesmo internacional.

O **fundo de greve**, resgatado das experiências do sindicalismo brasileiro anterior à estrutura sindical fascista de Getúlio Vargas, foi uma das marcas das principais greves da Perus - principalmente a histórica greve de 1962 -, das greves da Usina Miranda em Pirajuí, das Indústrias Têxteis Rhodia e Tecelagem Santo André em Santo André, da Indústria de Biscoitos Aymoré, ligada ao grupo Moinho Santista, todas enfrentando a intransigência patronal. Com o fundo de greve, estava-se retomando o Banco dos Queixadas, experiência vivida a partir da greve de quarenta e seis dias na Indústria de Cimento Perus, em 1958. O Banco dos Queixadas era uma conta comum entre os operários daquela categoria para socorrer trabalhadores **de qualquer categoria** com pequenos empréstimos. Funcionou durante quase dois anos, quando foi fechado pelo Banco Central.

Não bastava apenas a luta pela conquista de melhores salários diretos. Mais justo seria lutar por outras formas de reivindicações, que forçassem o Capital a uma distribuição menos desigual dos lucros conseguidos com o trabalho operário. Partindo desse raciocínio é que nasceram as reivindicações do **salário-família** e do salário-esposa. Deveria ter uma recompensa mais justa, o operário que fosse casado, valorizando-se assim o trabalho da



*Esposas
queixadas fazem
piquete em
Perus,
enquanto seus
maridos,
em greve,
realizam
passeata
no centro
de S.Paulo.
1962*

mulher em casa - daí, o salário-esposa. Se casados, deveriam ter uma participação maior os operários que tivessem maior quantidade de filhos. Daí, o salário-família. O salário-família - mesmo garantido pela Constituição de 1946 - só foi possível em 1962, graças à inspiração que teve o então ministro do Trabalho, Franco Montoro, nas lutas dos queixadas.

Tais conceitos de salário-família e salário-esposa jamais poderiam ser reduzidos à miséria que é o salário-família consentido pelo Estado, em 1962, e que está muito pior atualmente, quase desaparecendo.

Contra os limites e as vacilações da Justiça do Trabalho durante a greve da Indústria de Papel Melhoramentos, em Caieiras-SP, em 1960, com aproximadamente dois mil empregados, a resposta foi o Contrato Coletivo de Trabalho, debatido em várias assembleias, com a participação ativa de quinhentos a seiscentos

operários, com eleição de cinquenta delegados, seção por seção da fábrica. A conquista deu-se com uma greve de três dias e a total paralisação da produção. Mais ainda, a garantia de estabilidade no emprego para oitenta operários. O Contrato Coletivo de Trabalho houvera sido umas das bandeiras dos queixadas nas lutas dos anos de 1958 e 1959.

Com o Contrato Coletivo de Trabalho, na Indústria de Papel Melhoramentos, nenhum operário era admitido ou demitido sem a participação das comissões de fábrica e do Sindicato. As questões trabalhistas eram resolvidas dentro da própria fábrica, entre operários e empregador.

O Contrato Coletivo de Trabalho, conquistado pelos trabalhadores da Melhoramentos, foi uma experiência inédita numa empresa privada brasileira. Foi preciso esperar mais de 25 anos e só depois da fundação da CUT-Central Única dos Trabalhadores, em outro contexto conjuntural mais favorável, é que essa questão volta ao debate no meio sindical brasileiro com maior abrangência.

Um processo de luta constante pela transformação da sociedade

Aos limites impostos pela estrutura sindical atrelada ao Estado, que impedia aos trabalhadores das diferentes categorias profissionais unificassem suas lutas a partir dos seus sindicatos, a resposta foi criar um espaço político que garantisse a livre e autônoma organização dos trabalhadores e trabalhadoras, sem as amarras impostas pelas leis trabalhistas.

Com esse objetivo, numa assembleia intercategorias, com mais de 1.000 trabalhadores e trabalhadoras de São Paulo e de outras cidades vizinhas, foi fundada, em 27 de maio de 1960, a Frente Nacional do Trabalho-FNT.

Sem dúvida, a FNT foi criada principalmente a partir das idéias desse valoroso companheiro, diante de uma realidade concreta e constatando a vontade política dos trabalhadores. Para tal, contou também com a contribuição dos seus companheiros da



*Cardeal Arns
recebe título de
sócio, entregue
por Mário,
no lançamento da
campanha de
sustentação
financeira
da FNT.
1970*

JUC e com a participação de religiosos e religiosas, de outros profissionais liberais e de alguns políticos comprometidos com a luta dos trabalhadores.

Um lema foi criado: fique primeiro sócio do seu sindicato, para defender os direitos da sua categoria; fique sócio da FNT, para defender os direitos de todas as categorias. Quando falava-se em **direitos**, aí estavam compreendidos os interesses de todos os trabalhadores; quando falava-se em **direitos de outras categorias**, estava-se falando dos interesses de todos os trabalhadores assalariados.

Nesse contexto, a FNT nascia com a responsabilidade política de promover, no decorrer das lutas, um trabalho de formação sobre os direitos trabalhistas e políticos que garantissem uma visão mais ampla dessa mesma luta, de forma que ela fosse compreendida e assumida. Então, firma-se um processo de luta constante pela transformação da sociedade injusta e desigual, em que vivemos, numa sociedade onde não haja a exploração do homem pelo homem.

A FNT, da sua fundação em 1960 até o início da década de 1970, foi uma experiência totalmente autofinanciada com as mensalidades do seus sócios, com as doações de simpatizantes e com a cotização da comunidade dos advogados militantes - tendo à sua frente o companheiro Mário Carvalho de Jesus.

Os advogados constituíam uma pequena cooperativa que assumia, entre outros, dois valores muito importantes: não advogar contra os interesses de qualquer trabalhador assalariado; dos honorários recebidos, tirando as despesas processuais, ficar somente com o indispensável para sua sobrevivência - o restante era repassado para o caixa da FNT. Era a sua contribuição financeira para o movimento operário.

Dessa experiência, em 1971, foi fundada a Advocacia Carvalho de Jesus-ACJ, que ainda mantém o primeiro critério, entre outros valores que assumiu, vividos por Mário Carvalho de Jesus.

Doze anos de uma luta que mais parecia uma guerra

Logo após o golpe patronal-militar de 1964, foi determinada a intervenção nos principais sindicatos de trabalhadores em todo o país. Um dos primeiros: o Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo.

Em 1973, esse processo de intervenção intensificou-se ainda mais. Os operários e sindicalistas queixadas, refletindo junto com Mário Carvalho de Jesus e contando com a assessoria do advogado Renato Ruas de Almeida, especialista em Direito Internacional do Trabalho, decidiram-se, com a comissão de fábrica, a denunciar o governo brasileiro pela violação contra o direito de organização sindical dos trabalhadores.

Num primeiro momento, a comissão de fábrica - liderada, entre outros, pelo companheiro João Breno Pinto - decidiu encaminhar a denúncia à OIT. A comissão sindical da OIT respondeu, dizendo não poder acatar tal denúncia porque a comissão de fábrica dos trabalhadores da Indústria de Cimento Perus não era reconhecida pelas leis brasileiras.



Lançamento
do livro
A Máfia do Cimento
Mário Carvalho
de Jesus,
na sede da FNT.
1983

OIT - Firmeza Permanente
A comissão de fábrica da Perus resolveu procurar a FNT para, juntos, enfrentarem mais esse desafio. Em reunião ampliada da sua diretoria, com parte de sua militância, a FNT, ciente da dimensão e das conseqüências desse desafio, decidiu, por unanimidade, apoiar mais essa etapa de luta dos companheiros sindicalistas, representados por sua comissão de fábrica.

Em 1976, conseguimos uma grande vitória. O governo brasileiro foi interpelado pela OIT e decidiu suspender a intervenção de seis sindicatos de trabalhadores no Estado de São Paulo, entre eles, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo. Vale dizer: o Sindicato dos Queixadas.

Essa mesma experiência foi retomada em 1979, quando se deu a intervenção imposta pelos militares contra os sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista. Houve participação de alguns sindicatos e da FNT na campanha em defesa da Convenção 87 da OIT, bloqueada na Câmara dos Deputados, em Brasília, até nossos dias.

A Firmeza Permanente precisa ser uma constante na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores. Em 1962, quando da histórica greve na fábrica Perus, a partir de setenta e cinco dias de duração, mil e cem operários foram despedidos sem seus direitos

trabalhistas. A briga foi também para os tribunais e, já nas primeiras audiências, a justiça patronal dividiu os operários em trabalhadores estáveis e trabalhadores não-estáveis.

Eram considerados, por lei, como estáveis, aqueles trabalhadores que trabalhavam numa mesma empresa por mais de 10 anos. Esses só poderiam ser demitidos por justa causa e essa justa causa poderia ser briga, roubo ou abandono de emprego. A lei da estabilidade foi destruída pelos militares, com a imposição das multinacionais, e substituída pelo atual FGTS-Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Apenas quinhentos e um operários puderam continuar brigando na Justiça Trabalhista. Depois de seis anos, numa decisão do Tribunal Superior do Trabalho, foram reintegrados à produção. E o patrão Abdalla, condenado a pagar seus direitos como se houvessem trabalhado dia após dia.

Passaram-se mais seis anos para que os operários ou suas famílias, nos casos em que o operário houvesse morrido, recebessem seus direitos.

Doze anos de uma luta que, nos momentos de maior contundência, mais parecia uma guerra. Isto é Firmeza Permanente.

A práxis adquirida, no saber casar a luta jurídica com as lutas operárias, foi importante razão para se conseguir uma vitória de tal dimensão.

*Não existe ser humano
que queira ser
desumano até o fim.
Tal é nossa esperança.*

A Paz é fruto da Justiça, lema inspirado na Doutrina Social Cristã, da Igreja Católica, mas cujas verdadeiras raízes eram compreendidas e assumidas a partir do Evangelho de Jesus Cristo. Daí, a profunda compreensão de Mário Carvalho

de Jesus sobre a célebre frase de Gandhi: "Foi minha dedicação à verdade que me levou ao campo político. E posso dizer, sem nenhuma hesitação, que nada entendem de religião os que dizem que religião nada tem a ver com política." (Gandhi, *Autobiografia*)



Mário expõe os princípios da Não-violência, em seminário organizado pela FNT. 1983

Às suas convicções cristãs juntavam-se profundos valores da Não-violência Ativa, de inspiração na luta travada por Gandhi junto ao povo indiano, no processo que levou à libertação do seu país do colonialismo inglês, em 1947.

Mário conheceu a Não-violência Ativa em 1962, quando, junto com operários da Perus, recebeu a visita de Jean e Hildegard Goss, militantes do Movimento Internacional de Reconciliação, responsável pela divulgação da Não-violência Ativa no plano mundial.

“A nossa ação desenvolve-se na defesa dos direitos humanos. A Igreja Cristã, humildemente, com altos e baixos, dá sua contribuição e apoia a luta que se vale de meios puros, respeitando a pessoa humana, na busca da Justiça. Nós fazemos parte dessa comunidade e estamos nos esforçando para ficarmos fiéis a palavra do Bom Pastor”, diziam Jean e Hildegard.

Mário foi um missionário, que muito contribuiu para motivar setores da hierarquia católica a assumir uma posição pastoral abertamente comprometida com as lutas em defesa dos Direitos Humanos. Esses direitos, já na época, eram duramente massacrados,

e, entre esses, o direito à liberdade de organização, principalmente dos setores mais explorados e empobrecidos da nossa sociedade.

Esse trabalho missionário foi significativo para aqueles religiosos que já haviam assumido uma posição progressista na sua prática pastoral. A dimensão desse compromisso, principalmente no contexto da Não-violência Ativa, atingiu também religiosos de outras Igrejas Cristãs, e até mesmo militantes ateus defensores da dignidade do homem.

“Não podemos dar garantia a nenhum companheiro de que não irá preso. Só podemos garantir é que iremos juntos e que ninguém pode pular fora.”

“Se a gente não quiser usar as mesmas armas que fizeram do opressor um ser desumano, a única solução é aceitar, sem devolver, os socos e a brutalidade do adversário. Não existe um ser humano que queira ser desumano até o fim. Tal é a nossa esperança.”

Se você não pode ser não-violento, seja violento. O que não pode é ser omissivo.

A têmpera recebida de tão fundamentais valores, assimilados e assumidos no dia-a-dia de sua militância, deu-lhe as necessárias condições para enfrentar os desafios e, entre eles, enfrentar a repressão do Estado militar cúmplice dos interesses patronais - principalmente as prisões sofridas durante a ditadura militar.

Com que coragem, companheirismo e desprendimento, o companheiro Mário juntou-se a outros companheiros na defesa incondicional de Manuel da Conceição, líder camponês maranhense barbaramente torturado pela repressão da ditadura. Conceição viera a São Paulo para tratamento médico e foi seqüestrado pelo Doi-Codi (órgão da repressão da ditadura) na casa do padre e militante não-violento Domingos Barbé, em Osasco - Grande São Paulo, em 1975. O confronto com o então delegado fascista

Movimento Internacional de Reconciliação
Direitos Humanos

Sérgio Paranhos Fleury, perseguidor e torturador de militantes políticos, durou duras horas de interrogatório.

O testemunho comprova a afirmação de Gandhi: "é mais fácil conquistar um violento para a não-violência, do que um passivo". E acrescenta: "Se você não puder ser não-violento, seja violento. O que você não pode é ser omissivo".

Diante da intensidade da repressão contra qualquer tentativa de organização popular, das prisões, da tortura e da morte do jornalista Vladimir Herzog, do seqüestro do companheiro Manuel da Conceição em 1975, da prisão, tortura e morte do operário Manoel Fiel Filho no início de 1976, da brutal repressão contra o movimento estudantil em 1977 - entre outros crimes da ditadura - e as constantes ameaças de fechamento da FNT pela repressão, Mário foi o principal articulador do processo que levou à fundação do Secretariado Nacional Justiça e Não-violência, atual Serviço Paz e Justiça-SERPAJ/Brasil, em 1978.

A idéia vinha desde 1974, de um evento da não-violência em Medellín, Colômbia, e naquele momento, no Brasil, significava a possibilidade de um espaço ecumênico mais abrangente: possibilitava a participação mais direta de religiosos e religiosas, de profissionais liberais, de operários, de personalidades comprometidas com a defesa dos Direitos Humanos e, com eles, as lutas populares.

***Ousamos
continuar
acreditando e
lutando por uma
sociedade igualitária***

pelegos, aliados da Força Sindical e protegidos pela cumplicidade policial. Dentro de suas condições físicas e com aquela idade, **que exemplo e testemunho deu de uma Firmeza Permanente inabalável!**

O companheiro e irmão Mário Carvalho de Jesus morreu em 14 de dezembro de 1995, às 14 horas.

Quando lançamos os olhos sobre a atual conjuntura e ainda constatamos tantas desigualdades geradas pelas mesmas estruturas que Mário tanto combateu, alimentadas pelo mesmo sistema de produção e exploração capitalista; quando observamos as profundas crises dos movimentos populares e sindicais e da quase totalidade das entidades populares - dentre elas, também a FNT, dizemos:

Companheiro e irmão Mário Carvalho de Jesus, você continua presente em nosso meio.

Com os mesmos valores que o alimentaram durante toda essa caminhada - e a eles juntamos também outros valores fundamentais, extraídos da história das lutas dos trabalhadores, no contexto nacional e internacional - ousamos continuar acreditando e lutando pela construção de uma sociedade igualitária; ousamos, apesar de toda a sorte de limitações, dizer que estamos lutando comprometidos com a construção de uma Sociedade Socialista e Autogestionária. E o seu testemunho, esteja certo, será sempre lembrado, como uma mensagem a nos nortear.

Contribuíram para esse trabalho:

**** Salvador Pires,***
operário metalúrgico sindicalista
e membro da FNT

**** Carmem Míriam Kramer,***
militante e fundadora da FNT

**** João Breno Pinto,***
operário do Cimento, Cal e Gesso,
fundador da FNT